



JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ  
COMARCA DE FERREIRA GOMES  
VARA ÚNICA DE FERREIRA GOMES  
FÓRUM MÁRIO CÉSAR KASKEIS-R. DUQUE DE CAXIAS, 301 - CEP 68.915-000

VU - FG
Fis. _____

**Nº do processo: 0000791-34.2016.8.03.0006**  
**PROCEDIMENTO COMUM**

**Parte Autora: BANCO BRADESCO S/A**  
**Advogado(a): ALEXANDRE EISELE BARBERIS - 378747SP**  
**Parte Ré: MUNICIPIO DE FERREIRA GOMES**  
**Advogado(a): ADERNALDO DOS SANTOS JUNIOR - 1350AP**  
**Tipo de ato: Sentença**

I.

Banco Bradesco S/A ajuizou contra o Município de Ferreira Gomes Ação de Obrigação de Fazer com pedido de tutela de urgência, alegando que firmaram as partes em 22/6/2009 convênio para concessão de empréstimos e financiamentos aos servidores do réu, com amortização mediante consignação em folha de pagamento; que entre dezembro/2014 e janeiro/2015 o réu deixou de repassar-lhe várias vezes o valor retido dos contracheques dos servidores para a amortização, sem justificativa, quebrando a relação de lealdade e confiança e locupletando-se indevidamente; que essa omissão configura improbidade administrativa, e burla inaceitável ao sistema de consignação; que faz jus a tutela de urgência para o pronto repasse de todos os valores retidos de dezembro/2014 a janeiro/2015, bem como das parcelas vincendas, inclusive nos contratos que vierem a ser ainda firmados, e, no final, à confirmação da medida.

A tutela, no evento nº 4, foi concedida em parte, apenas para determinar ao Município, sob pena de multa, que se absteresse de reter as parcelas vincendas das operações consignadas.

Em sua contestação, o réu reconheceu o débito, e disse que: não repassou os valores por culpa exclusiva do autor, que se recusou a recebê-los de forma parcelada; a atualização do débito deve seguir o que prescreve a Lei nº 9.494/1997; e não cabe pleitear o ressarcimento de despesas com cobranças extrajudiciais e honorários advocatícios.

Designada audiência de conciliação, não teve êxito. Nela, o advogado do autor requereu o julgamento antecipado da lide.

II.

A questão aqui posta não guarda nenhuma complexidade.

Conforme a lei e o convênio, é obrigação do Município repassar ao réu os valores descontados dos contracheques dos servidores a título de amortização das parcelas de empréstimos e financiamentos em geral; e o Município reconheceu a existência da dívida cobrada.

Não tem razão o réu ao apontar o descabimento da cobrança dos honorários contratuais. Nesse caso, como o nome indica, houve previsão expressa no contrato ao qual ele se obrigou.



JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ  
COMARCA DE FERREIRA GOMES  
VARA ÚNICA DE FERREIRA GOMES  
FÓRUM MÁRIO CÉSAR KASKEIS-R. DUQUE DE CAXIAS, 301 - CEP 68.915-000

VU - FG
Fis. _____

Também não pode arguir o réu a aplicabilidade da Lei nº 9.494/1997. Os contratos que a Administração celebra vinculam-na, e não poderia ser de outra forma, sob pena de violação do princípio da moralidade administrativa. A dita Lei só pode alcançar, portanto, aquelas condenações onde não haja previsão contratual específica e diversa, razão pela qual, aqui, os acréscimos seguirão a regra contratual.

III.

Diante do exposto, a) confirmo a tutela antes concedida para determinar ao réu que se absteresse de reter os repasses vincendos no curso da lide, sob pena de bloqueio dos valores devidos; b) julgo procedente o pedido formulado na petição inicial, condenando o réu a pagar ao autor os valores retidos a título de amortização de empréstimos consignados no período compreendido entre dezembro/2014 e janeiro/2015, acrescidos de atualização monetária pelo IPCA, juros de 1% ao mês e multa de 2%, bem como honorários advocatícios extrajudiciais de 10% (dez por cento), conforme a Cláusula 9ª do Convênio celebrado entre as partes.

Arcará o réu, ainda, com as custas do processo, e com honorários de sucumbência, fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, consoante o art. 85, § 3º, I, do NCPC.

FERREIRA GOMES, 18/05/2017

LUIZ CARLOS KOPES BRANDAO  
Juiz(a) de Direito